

UDR chama anteprojeto de indecoroso

OES
P. 5

14-05-87

"Antiético, indecoroso, agressivo e arbitrário." Com estas palavras o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, definiu ontem o anteprojeto da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, elaborado pelo relator, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), e que deverá ser votado hoje por 21 integrantes da subcomissão e encaminhado à comissão temática.

Caiado colocou-se frontalmente contra o estabelecimento de limites para obtenção e exploração de propriedades rurais que o anteprojeto fixa no máximo em cem módulos. "Não se limita o tamanho da terra, pois cada produtor tem um dom e uma capacidade", disse o ruralista, criticando duramente a proposta do deputado. De acordo com ele não cabe à Constituinte entrar em pormenores como os explicitados no anteprojeto e que falam de indenização e desapropriação, por exemplo. "Com este projeto querem implantar o Estatuto da Terra, dando plenos poderes ao Miraf, sem que os produtores



Júlio Fernandes - 7.587
Ronaldo Caiado

rurais possam recorrer ao Poder Judiciário", frisou.

Ronaldo Caiado revelou, sem dar nomes, que a UDR assessorou vários deputados no encaminhamento dos trabalhos da subcomissão. Entretanto, ainda de acordo com ele, a pro-

posta de Reforma Agrária encapada foi a defendida pela CNBB e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como está, se for aprovada, vai punir toda a classe produtora, afirmou Caiado. "Um projeto como este só poderia ter saído de uma mente doentia de uma pessoa que quer transferir para 1987 os problemas políticos que enfrentou em 1964", sublinhou.

Ao direito de propriedade de imóvel corresponde uma obrigação social — este primeiro artigo da proposta de Lima Filho foi também criticado por Caiado. Ele reafirmou que a função social da terra não pode ser definida pela Constituinte e sim pelo Poder Judiciário. Justificou que em algumas épocas a função social de uma propriedade é realmente a de produzir, mas em outras não. "No momento atual da economia brasileira os produtores rurais não podem investir em suas terras, pois estarão submetidos aos juros extorsivos e à correção monetária praticados antes do Plano Cruzado", acentuou.

Para ele o direito à propriedade deve ser preservado e, no caso de

indenização, esta deve ser feita em pagamento à vista, em dinheiro ou letras, e não através dos Títulos da Dívida Agrária (TDA) como previsto no anteprojeto. Caiado disse que a proposta de Lima Filho não pode sequer ser emendada, devendo ser "jogada no lixo". Afirmou também que a proposta não contemplou a maioria e privilegiou apenas uma minoria. "Não podemos deixar que homens da esquerda, cuja representação no Congresso não chega a 12%, definam a implantação da Reforma Agrária", disse Caiado.

Cópias do anteprojeto da reforma agrária elaborado pela subcomissão foram enviadas ontem a 81 seções da UDR em todo o Brasil, segundo informou Caiado. Com isso, a UDR pretende chamar a atenção de todos os produtores rurais para o "autoritarismo" da proposta, ainda conforme esclarecimentos do presidente da entidade. Sem fazer ameaças, Caiado alertou que, se a proposta de Lima Filho conseguir passar, a UDR pretende "deslocar massas" de produtores rurais para Brasília para pressionar o Congresso Constituinte.

W